



**CONJUNTURA ECONÔMICA, INDICADORES  
DO SETOR DE PETRÓLEO, DA PETROBRAS  
E OUTROS NÚMEROS DE INTERESSE PARA  
OS TRABALHADORES**

**Subsídios à Negociação Coletiva 2017-2018  
do SINDIPERO-RJ**

Agosto de 2017

## **1. CONJUNTURA ECONÔMICA: PAÍS SEGUE MERGULHADO EM CRISES POLÍTICA E ECONÔMICA**

### **1.1. REMÉDIO QUE O GOVERNO QUER USAR SÓ APROFUNDA PROBLEMAS DO PAÍS**

Pouco mais de um ano depois de assumir o poder central, o governo liderado por Michel Temer mostra-se incapaz de conduzir o país para a normalidade política e econômica. Envolto em sucessivas crises, com baixíssima aceitação popular, fragilizado politicamente e denunciado por corrupção pela Procuradoria Geral da República, o governo não reúne condições de liderar a retomada de um novo ciclo de crescimento.

As tentativas de reativar a economia estão limitadas a reformas que aumentam o empobrecimento das parcelas mais carentes e necessitadas da população, que têm no sistema de Seguridade Social a única possibilidade de viver com certa dignidade. Além disso, seguindo o mesmo ideário, propõe uma reforma trabalhista que desregulamenta o mercado de trabalho, legaliza formas precárias de contratação, reduz os ganhos dos trabalhadores e enfraquece os sindicatos, diminuindo a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores. Sob o pretexto de aumentar a eficiência e competitividade da economia, a reforma trabalhista irá suscitar, com os retrocessos nela contidos, tensões e confrontos desnecessários às relações já difíceis entre capital e trabalho.

Com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, o governo tenta 'vender' os dois projetos como se fossem a salvação da lavoura. Chantageando a sociedade, insiste que, sem a aprovação das duas reformas, o Brasil não retornará ao crescimento e que, por isso mesmo, elas são imprescindíveis. Contribuem e reforçam essa lógica falaciosa importantes formadores de opinião, nos grandes veículos de comunicação e na academia.

A pretensa recuperação econômica, largamente propagandeada após a publicação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos dados trimestrais do PIB, precisa ser interpretada com cuidado. Não há indicadores que deem garantias de que o ciclo recessivo chegou ao fim. Ao mesmo tempo, o ritmo de queda da taxa de juros está abaixo do que poderia e deveria ser, considerando o recuo da inflação. A desaceleração inflacionária deveu-se, num primeiro momento, ao esgotamento dos aumentos significativos dos preços controlados (tarifas), à regularização do regime de chuvas, que aliviou o custo da energia e dos alimentos e à desvalorização do dólar, inflado com a especulação contra o governo anterior. Nesse momento, devido à brutal taxa de desemprego e à queda na renda, as expectativas futuras sobre o comportamento dos preços são de redução acelerada, o que leva as taxas de juros reais, pagas aos detentores da dívida pública, a incríveis 6,5% ao ano. Um verdadeiro eldorado para os rentistas, que, na prática, inviabiliza qualquer possibilidade de retomada.

Da mesma forma, o governo (e os comentaristas econômicos da grande imprensa) não tece muitas considerações em relação aos resultados das contas externas. Os saldos positivos da balança comercial (exportações maiores que importações) devem-se muito mais à queda das importações do que ao aumento das exportações. A redução das importações decorre da forte recessão e queda da renda interna, enquanto as dificuldades para as exportações vêm, principalmente, da taxa de câmbio sobrevalorizada.

### **1.2. PIB: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA À VISTA?**

Depois de 11 trimestres consecutivos (2 anos e 9 meses) em queda, o Produto Interno Bruto (PIB), com ajuste sazonal, registrou, no primeiro trimestre de 2017, aumento de 1,0% em comparação com o quarto trimestre de 2016. Entretanto, em relação ao mesmo período do ano anterior, isto é, na comparação anual, o Produto recuou 0,4%.

Há um ano, o PIB mostrava queda de 5,43% na comparação anual, e de -0,3% na comparação com o trimestre anterior. Neste ano, na comparação anual, o Produto recuou 0,4%, o que revela

desaceleração no ritmo de queda. No entanto, quando se estuda um período mais longo, os últimos 11 trimestres, verifica-se que o PIB acumula perda expressiva de 8,7%<sup>1</sup>. Num exercício simples, se o Brasil voltar a crescer com a mesma velocidade com que decresceu nos últimos 2 anos e 9 meses, retornará ao patamar do PIB de 2014 somente no início de 2020.

O setor agropecuário foi o que mais contribuiu para o crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2017 - cresceu 15,2% em relação ao mesmo período de 2016. A indústria (extrativa e de transformação), na comparação anual, recuou 1,1% e, na comparação trimestral, cresceu 0,9%. A construção civil e o setor de serviços seguem a mesma métrica, registram crescimento de um trimestre para outro, mas ainda amargam resultados negativos (queda), quando a comparação é anual.

**TABELA 1**  
**PIB, variação total e desagregada por setores produtivos**  
**Brasil - 2017**

Setores	Trimestre/ Trimestre anterior (%)	Trimestre/ Mesmo trimestre de 2016 (%)
Agropecuária	13,4	15,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,0
Construção Civil	0,5	-0,3
Serviços	0,0	-1,7
<b>Total</b>	<b>1,0</b>	<b>-0,4</b>

Fonte: IBGE. SCN | Elaboração: DIEESE

Resta saber se a recuperação ora experimentada se sustenta ao longo do ano, ou seja, se o país já chegou ao fundo do poço e não tem como descer mais. Sobre isso não se tem qualquer garantia, uma vez que o investimento, principal indicador de crescimento econômico, recuou 1,6% em relação ao final de 2016 e 3,7%, se comparado ao primeiro trimestre desse mesmo ano. Desde o terceiro trimestre de 2013, os investimentos regrediram 29,8% e, em 2016, tiveram a taxa mais baixa desde 1996: 16,4% em relação ao PIB.

Outra informação relevante para se medir o comportamento da economia é o consumo, que representa cerca de 65% de todos os gastos realizados. As Contas Nacionais, publicadas pelo IBGE, revelam queda de 1,9% no consumo das famílias em relação ao início de 2016 e de 0,1%, na comparação com o final do ano. Da mesma forma, os gastos do setor público também recuaram 1,3% e 0,6%, respectivamente.

Portanto, todos os componentes da demanda interna (consumo das famílias, investimentos e gastos do governo) mostram sinais negativos. Na conta agregada, a soma dessas despesas foi reduzida em 0,6% no primeiro trimestre deste ano, comparado com o último trimestre de 2016. São várias as hipóteses para esse comportamento, entre as quais destacam-se:

- (1) O consumo das famílias está em queda devido ao desemprego, à redução do salário real, ao endividamento, à escassez de crédito e às expectativas negativas em relação ao futuro.
- (2) Os investimentos privados não crescem devido à alta capacidade ociosa (cerca de 26% na indústria de transformação); expressivo endividamento das empresas; taxa de juros estratosférica; grande incerteza quanto ao cenário político e econômico, além do baixo nível da demanda.
- (3) Os gastos do governo estão contidos devido ao tamanho do déficit e limitados pelo 'novo regime fiscal', implantado pela Emenda Constitucional 95, que impõe teto às despesas do setor público, pois congela, em termos

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Produto Interno Bruto**: 4º trimestre de 2016. Brasília, DF, 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/conjuntura-economica/atividade-economica/arquivos/ie-2017-03-07-pib-4o-trimestre-2016.pdf>>.

reais, os gastos primários para os próximos 20 anos, impedindo o Estado de liderar um processo de desenvolvimento.

**TABELA 2**  
**PIB. Variação percentual das despesas, classificada**  
**por grandes setores da economia**  
**Brasil - 2017**

Setores	Trimestre/ Trimestre anterior (%)	Trimestre/ Mesmo trimestre de 2016 (%)
Consumo das Famílias	-0,1	-1,9
Investimentos (FBCF)	-1,6	-3,7
Gastos do governo	-0,6	-1,3
Exportações	4,8	1,9
Importações	1,8	9,8

Fonte: IBGE. SCN | Elaboração: DIEESE

Conhecidos os números, a única conclusão a que se pode chegar é a de que a velocidade de queda do PIB diminuiu. Se a economia inverteu a direção, ou seja, se daqui para a frente voltará ao crescimento, ainda não se pode afirmar. As expectativas do próprio governo são de terminar 2017 com crescimento inferior a 0,5%.

Sem que a demanda interna se recupere, a retomada do crescimento fica cada vez mais distante. Muito embora o saldo da balança comercial tenha dado sinais positivos, o setor externo da economia brasileira é pequeno e a composição da pauta de exportação do país (concentrada em bens primários – commodities) é incapaz de, no curto prazo, provocar a dinâmica econômica necessária para a retomada mais sustentada do crescimento. Além dessa questão estrutural, as empresas brasileiras que vendem para o exterior sofrem com a manutenção de taxas de câmbio sobrevalorizadas, que reduzem a competitividade do setor exportador. Ademais, um novo ciclo de crescimento provocaria aumento das importações e redução do saldo comercial.

## 1.2. DESEMPREGO SEGUE ALTO E AUMENTA ENTRE OS JOVENS

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE, a Fundação Seade e institutos parceiros locais, mostram que a taxa de desemprego total ficou praticamente estável em todas as regiões pesquisadas, de abril para maio. No Distrito Federal, o desemprego atingiu 20,4%; em Porto Alegre, ficou em 11,1%; em Salvador, chegou a 24,1%. Na Região Metropo-litana de São Paulo, a taxa de desemprego está em 18,8%, com cerca de 2,1 milhões de trabalhadores desempregados.

A taxa de desemprego entre os jovens entre 16 e 24 anos aumentou em todas as regiões pesquisadas, na comparação de 12 meses, atingindo 47,4%, na RM Salvador, e 43,6%, no Distrito Federal. Em São Paulo, a taxa de desemprego para esta faixa etária está em 38,4%.

O tempo médio despendido pelos desempregados na procura por trabalho aumentou pelo segundo mês seguido nas regiões metropolitanas de Salvador e São Paulo e atingiu, em maio, 58 e 43 semanas, respectivamente. Na região de Porto Alegre, onde havia ficado estável entre março e abril, também aumentou para 37 semanas em média.

Esses dados revelam, portanto, um mercado de trabalho muito enfraquecido. Alguns indicadores estabilizaram-se em patamar ruim e outros continuam a piorar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, também mostra aumento da taxa de desemprego em todas as regiões pesquisadas, conforme quadro resumo a seguir.

**TABELA 3**  
**Taxa de Desocupação – Pnad Contínua (IBGE)**  
**Primeiro Trimestre - Brasil e Regiões – 2017**

Brasil e Regiões	Primeiro trimestre de 2016 (%)	Quarto trimestre de 2016 (%)	Primeiro trimestre de 2017 (%)
Brasil	10,9	12,0	13,7
Norte	10,5	12,7	14,2
Nordeste	12,8	14,4	16,3
Centro-Oeste	9,7	10,9	12,0
Sudeste	11,4	12,3	14,2
Sul	7,3	7,7	9,3

Fonte: IBGE. Pnad | Elaboração: DIEESE

### 1.3. RECESSÃO AGRAVADA PELA CRISE POLÍTICA

O ciclo recessivo atual é bem característico e difere daqueles ocorridos em épocas recentes, em que o colapso do setor externo provocou desaquecimento e crise econômica. As razões que dão origem a esta recessão apresentam componentes políticos extremamente relevantes.

Embora a recessão contribua para a deterioração das contas públicas, é impossível compreender o nível atual do déficit sem considerar também as razões de ordem política.

Examinando o resultado primário, verifica-se que o déficit aumenta à medida que a arrecadação de tributos, em queda devido à recessão, torna-se insuficiente para financiá-lo. Daí a urgência do governo para impor teto aos gastos públicos e aprovar a reforma da Previdência Social. A questão é que, no curto prazo, o único elemento indutor da demanda é o gasto público, vital para reverter a recessão e, por tabela, a própria queda de arrecadação. Ao colocar na Constituição um limite de gastos, o governo limita a própria capacidade do Estado para aumentar a receita pública pelo crescimento econômico. A outra possibilidade, que seria o aumento da carga tributária, sofre forte resistência na sociedade.

Em relação ao resultado operacional (ou nominal), que acresce às contas primárias as despesas financeiras do governo (os juros da dívida pública), a equação fica ainda mais complicada. A dívida pública brasileira é de curto prazo e muito cara, uma vez que a taxa de juros real (Selic), paga pelo governo brasileiro para financiá-la, é a mais alta do mundo. Mais de ¾ da dívida líquida do setor público estão indexados à taxa Selic<sup>2</sup>.

O desarranjo das contas públicas é consequência de decisões de política fiscal tomadas no início de 2015 e foi aprofundado pelo processo de impeachment e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, que atingiram as maiores empreiteiras do país, a Petrobras, os fornecedores da estatal e outras grandes empresas de outros setores. A crise política e institucional que se seguiu, agravada pela incapacidade de gestão do Estado, jogou o Brasil em uma das mais graves recessões econômicas da história do país.

Assim, mesmo procurando encontrar um motivo puramente econômico (o déficit público) para explicar a recessão, não é possível isolá-lo das razões políticas. A recuperação da economia está vinculada ao encaminhamento dessas questões.

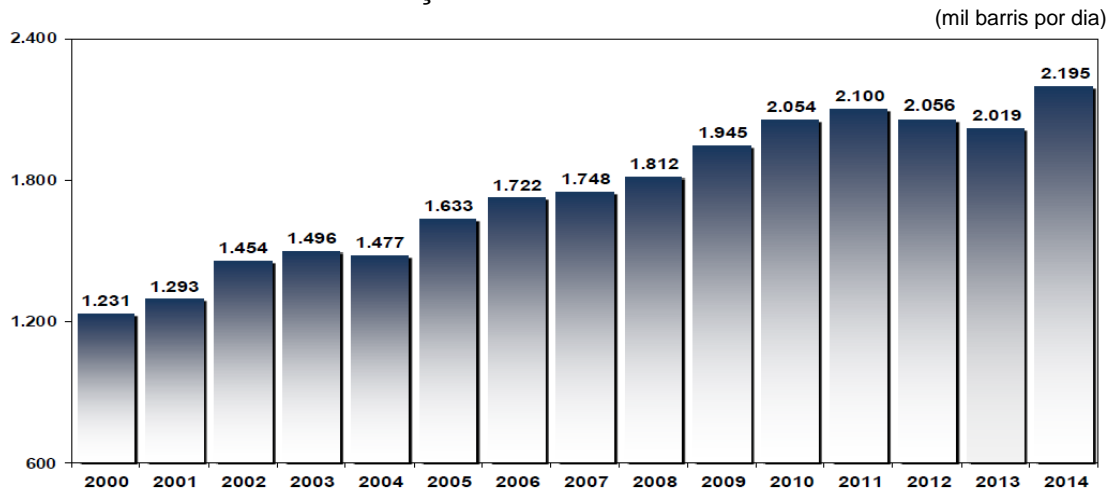
O que se assiste, entretanto, é a exacerbação da crise política e a inexistência de soluções, no curto prazo, que possam estancá-la e fazer com que a economia retorne a um curso normal de crescimento, com geração de emprego. As expectativas, tanto dos agentes internos como externos, são negativas em relação ao futuro próximo do Brasil.

<sup>2</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política fiscal**. Brasília, DF, 30 jun. 2017. Nota para a imprensa. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>

## 2. INDICADORES DO SETOR DE PETRÓLEO E DA PETROBRAS

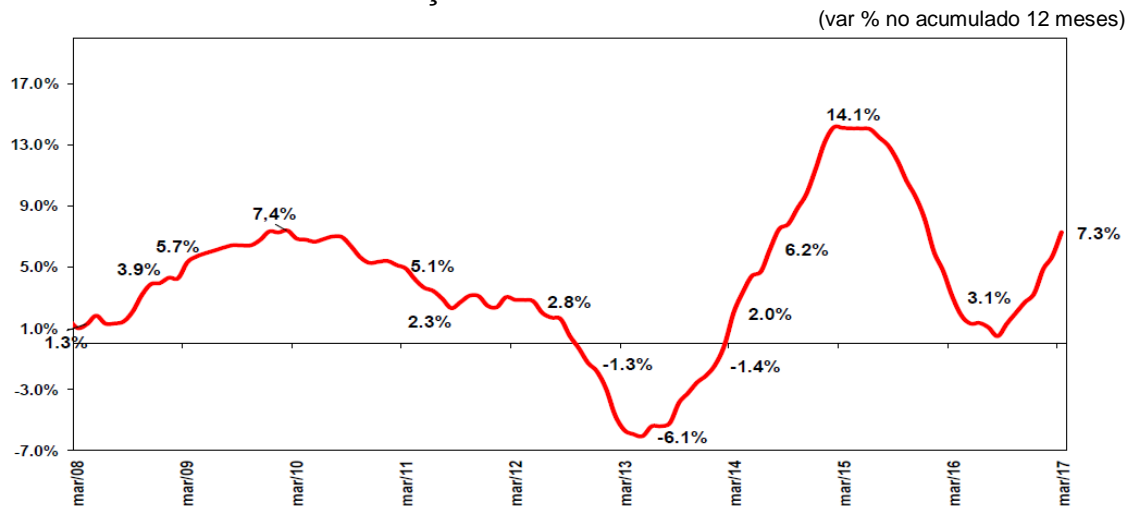
### 2.1. INDICADORES DO SETOR

**GRÁFICO 1**  
Produção Brasileira de Petróleo



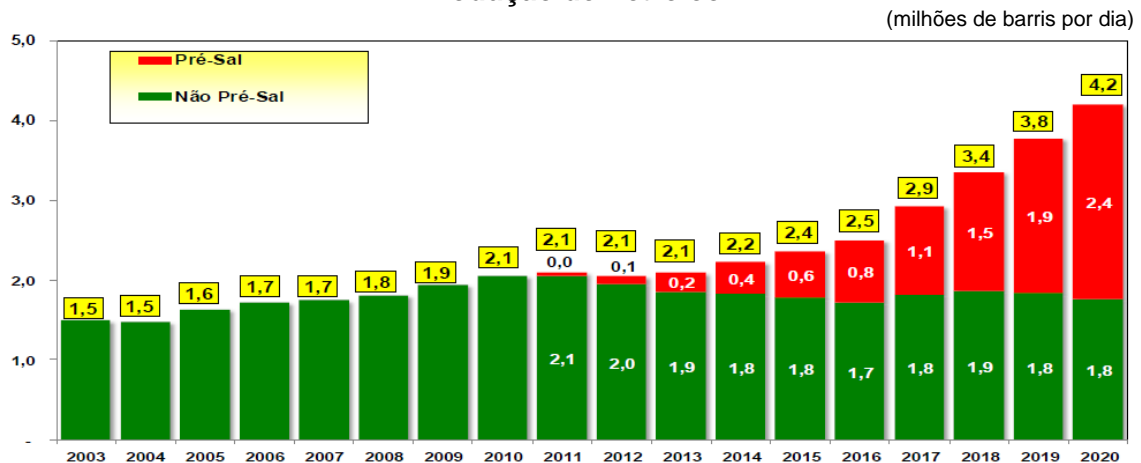
Fonte: ANP | Elaboração e projeção: Bradesco

**GRÁFICO 2**  
Produção Brasileira de Petróleo



Fonte: ANP | Elaboração e projeção: Bradesco

**GRÁFICO 3**  
Produção de Petróleo



Fonte: Petrobras | Elaboração e projeção: Bradesco

## **2.2. DESTAQUES DO 2º TRIMESTRE DE 2017 DA PETROBRAS**

### **2.2.1. Principais resultados:**

1. Lucro Líquido de R\$ 316 milhões no 2T2017, uma redução de 93% do lucro líquido do 1T2017 (R\$ 4,5 bilhões) e um montante muito próximo ao apresentado no 2T2016;
2. Lucro Operacional de R\$15 bilhões no 2T2017, 5% acima do 1T2017;
3. EBITDA Ajustado (lucro antes dos juros, impostos, amortizações e depreciações) ficou em R\$19,09 bilhões, 25% menor que o 1T2017;
4. Endividamento líquido de R\$295,3 bilhões, com redução de 2% frente ao 1T2017;
5. Número de trabalhadores próprios do Sistema Petrobras caiu para 63.152 trabalhadores, 3% a menos que no trimestre anterior e 18% a menos que no mesmo trimestre do ano anterior;
6. Investimentos no 2T2017 ficou em R\$11,4 bilhões, redução de 1% frente ao trimestre anterior.

### **2.2.2. Principais destaques financeiros segundo a companhia:**

1. Lucro líquido de R\$ 4.765 milhões no 1S-2017, ante um prejuízo de R\$ 876 milhões no 1S-2016, determinado por:
  - a) Aumento de R\$ 9.554 milhões na receita com exportações devido aos maiores volumes e preços de petróleo;
  - b) Ganho de R\$ 6.977 milhões apurado na venda da participação na Nova Transportadora do Sudeste (NTS);
  - c) Redução de 68% nos custos exploratórios e de 16% nas despesas de vendas, gerais e administrativas;
  - d) Retração de 7% nas vendas de derivados no mercado interno e menores gastos com importações;
  - e) Gastos com adesão aos Programas de Regularização de Tributos Federais (R\$ 6.234 milhões);
  - f) Maiores gastos com participações governamentais devido ao aumento da cotação do Brent; e
  - g) Provisão para perdas com recebíveis referentes ao navio-sonda Vitória 10.000 (R\$ 818 milhões).
2. O lucro líquido do 2T-2017 permaneceu no mesmo patamar em relação a igual período do ano anterior (2T-2016), refletindo as menores margens de derivados, a diminuição do volume vendido e redução das despesas operacionais.
3. Aumento de 6% no EBITDA Ajustado no 1S-2017, para R\$ 44.348 milhões, em função das menores despesas operacionais e dos menores gastos com importações. A Margem do EBITDA Ajustado foi de 33%.

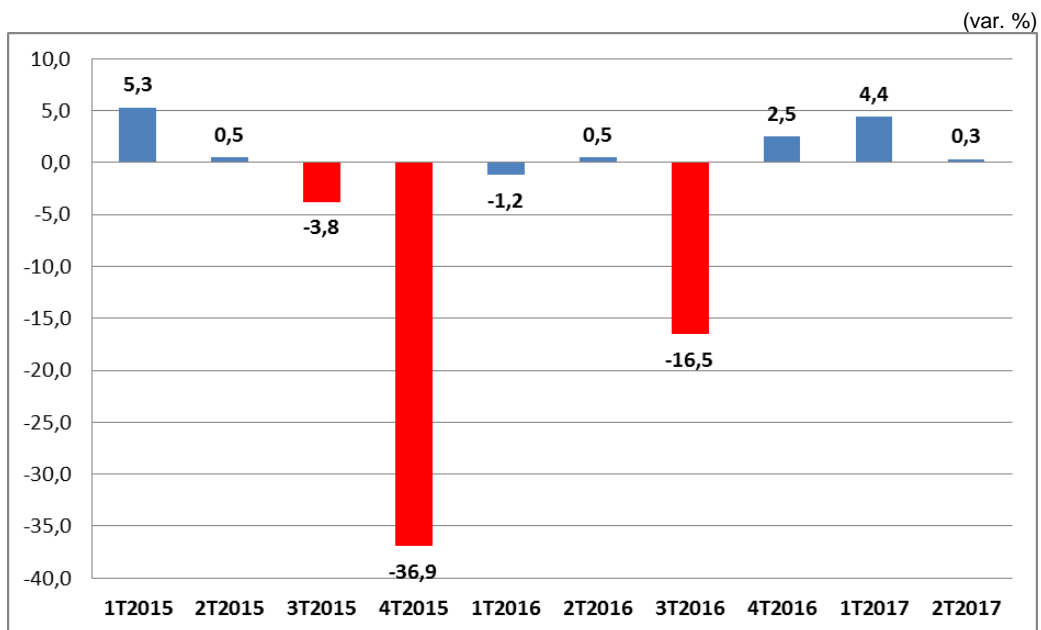
4. No 1S-2017 o Fluxo de Caixa Livre atingiu R\$ 22.722 milhões, 70% acima do registrado no 1S-2016. Esse resultado reflete a combinação entre a melhora da geração operacional e a redução de investimentos. Fluxo de Caixa Livre foi positivo pelo nono trimestre consecutivo.
5. Em relação a 31.12.2016, houve redução do endividamento bruto em 2%, passando de R\$ 385.784 milhões para R\$ 376.587 milhões, e do endividamento líquido\* em 6%, passando de R\$ 314.120 milhões para R\$ 295.300 milhões.
6. Em dólares, o decréscimo foi de 7% no Endividamento líquido\* (US\$ 7.118 milhões), que passou de US\$ 96.381 milhões em 31.12.2016, para US\$ 89.263 milhões em 30.06.2017. Além disso, a gestão da dívida possibilitou o aumento do prazo médio do endividamento de 7,46 anos, em 31.12.2016, para 7,88 anos, em 30.06.2017.
7. Redução do índice dívida líquida sobre LTM EBITDA Ajustado\* de 3,54 em 31.12.2016, para 3,23 em 30.06.2017. Neste mesmo período, a Alavancagem\* reduziu de 55% para 53%.
8. O efetivo de pessoal da Companhia em 30.06.2017 foi de 63.152 empregados, uma redução de 18% em comparação a 30.06.2016, em função do plano de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV).

### **2.2.3. Principais destaques operacionais segundo a companhia:**

1. A produção total de petróleo e gás natural da Petrobras, no 1S-2017 foi de 2.791 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2.671 mil boed no Brasil, 6% acima do registrado no 1S-2016.
2. Durante o 2T-2017, teve início a operação da plataforma P-66, na área de Lula Sul, no pré-sal da Bacia de Santos e, em junho, foi atingido recorde de produção operada de petróleo e gás natural na camada pré-sal de 1.686 mil boed. Além disso, houve menores gastos com ociosidade de sondas.
3. No 1S-2017, a produção de derivados no Brasil apresentou queda de 7% quando comparado ao 1S-2016, totalizando 1.805 mil barris por dia (bpd), enquanto as vendas de derivados no mercado doméstico atingiram 1.943 mil bpd, uma queda de 7%.
4. A companhia manteve sua posição de exportadora líquida, com saldo de 401 mil bpd no 1S-2017 (vs. 62 mil bpd no 1S-2016), em função do aumento das exportações de petróleo e derivados em 48% e da redução das importações em 25%, em comparação com o 1S-2016.
5. Contribuíram para a redução nas importações no 1S-2017 o aumento da participação de óleo nacional na carga processada e do gás natural doméstico no mix de vendas.



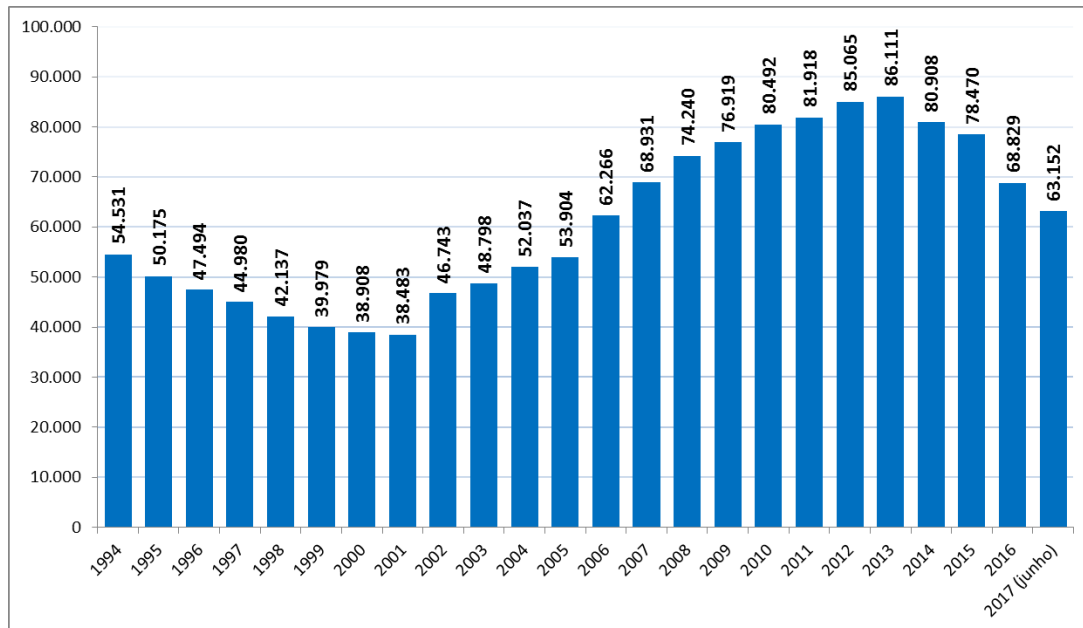
**GRÁFICO 4**  
**Lucro da Petrobras – variação %**  
**em relação ao trimestre anterior**



Fonte: Petrobras | Elaboração e projeção: Bradesco

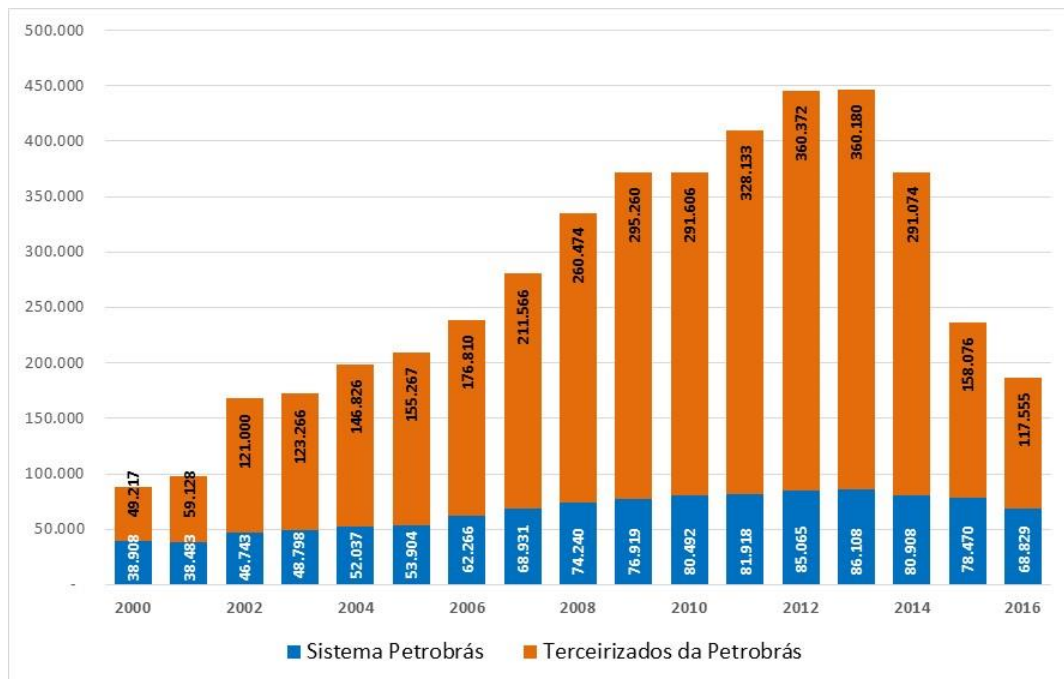
### 3. OUTROS NÚMEROS E INDICADORES DE INTERESSE

**GRÁFICO 5**  
**Efetivo de trabalhadores do Sistema Petrobras**



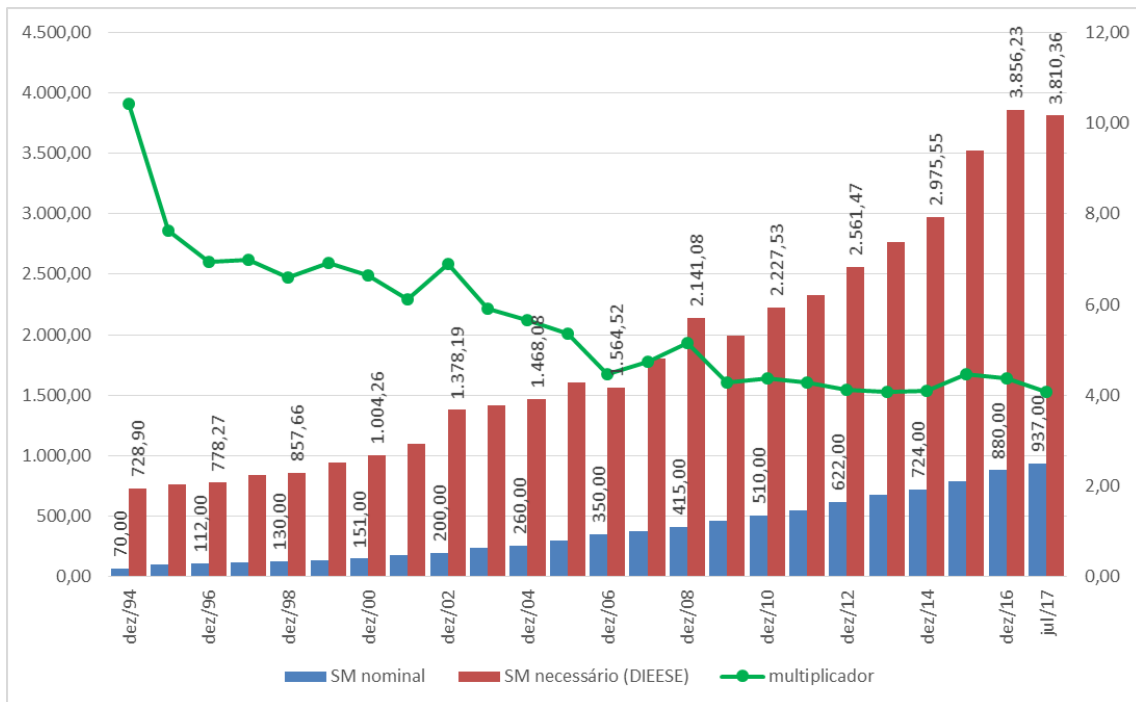
Fonte: Petrobras | Elaboração: DIEESE

**GRÁFICO 6**  
**Efetivo de trabalhadores**  
**Sistema Petrobras e terceirizados**



Fonte: Petrobras | Elaboração: DIEESE

**GRÁFICO 7**  
**Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário (DIEESE):**  
**dezembro/94 - julho/17**



Fonte: Petrobras | Elaboração: DIEESE

**TABELA 4**  
**Reajuste salarial**  
**setembro/94 – agosto/16**

Períodos de cálculo	Tabela Salarial							Remuneração (RMNR)		
	Reajustes	IPCA/IBGE	Ganhos ou Perdas pelo IPCA	Reajuste Necessário pelo IPCA	ICV/DIEESE	Perdas ou (Ganhos) pelo ICV	Reajuste Necessário pelo ICV	Reajuste	Menor ganho	Maior ganho
De 1/9/1994 a 31/08/1995	29,72	26,36	2,66	-2,59	28,14	1,23	-1,22	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/1995 a 31/08/1996	8,80	14,21	-4,74	4,97	15,74	-6,00	6,38	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/1996 a 31/08/1997	3,00	5,59	-2,45	2,51	6,72	-3,49	3,61	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/1997 a 31/08/1998	0,00	2,55	-1,26	2,55	1,14	-1,13	1,14	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/1998 a 31/08/1999	3,90	5,69	-1,69	1,72	5,80	-1,80	1,83	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/1999 a 31/08/2000	9,18	7,86	1,22	-1,21	9,22	-0,04	0,04	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2000 a 31/08/2001	6,40	6,41	0,00	0,01	8,29	-1,75	1,78	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2001 a 31/08/2002	7,40	7,46	-0,06	0,06	7,45	-0,05	0,05	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2002 a 31/08/2003	15,50	15,07	0,37	-0,37	15,50	0,00	0,00	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2003 a 31/08/2004	7,81	7,18	0,59	-0,58	7,81	0,00	0,00	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2004 a 31/08/2005	6,02	6,02	0,00	0,00	4,89	1,08	-1,07	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2005 a 31/08/2006	2,80	3,84	-1,00	1,01	2,80	0,00	0,00	Não existia	Não existia	Não existia
De 1/9/2006 a 31/08/2007	4,18	4,18	0,00	0,00	4,41	-0,22	0,22	6,50	1,67	2,23
De 1/9/2007 a 31/08/2008	6,17	6,17	0,00	0,00	6,97	-0,75	0,75	9,89	2,66	3,50
De 1/9/2008 a 31/08/2009	4,36	4,36	0,00	0,00	3,75	0,59	-0,58	7,81	2,50	3,31
De 1/9/2009 a 31/08/2010	4,49	4,49	0,00	0,00	5,16	-0,64	0,64	9,36	3,71	4,66
De 1/9/2010 a 31/08/2011	7,23	7,23	0,00	0,00	7,19	0,04	-0,04	10,71	2,50	3,34
De 1/9/2011 a 31/08/2012	5,24	5,24	0,00	0,00	6,18	-0,89	0,89	8,16	2,16	2,77
De 1/9/2012 a 31/08/2013	6,09	6,09	0,00	0,00	6,53	-0,41	0,41	8,56	1,82	2,33
De 1/9/2013 a 31/08/2014	6,51	6,51	0,00	0,00	6,73	-0,21	0,21	9,71	2,36	3,00
De 1/9/2014 a 31/08/2015	9,53	9,53	0,00	0,00	10,05	-0,47	0,47	9,53	0,00	0,00
De 1/9/2015 a 31/08/2016	8,57	8,97	-0,37	0,37	8,57	0,00	0,00	8,57	0,00	0,00
<b>Soma</b>	<b>367,73</b>	<b>407,72</b>	<b>-7,87</b>	<b>8,55</b>	<b>444,48</b>	<b>-14,10</b>	<b>16,41</b>	<b>134,01</b>	<b>21,09</b>	<b>28,06</b>
<b>Média/Ano</b>	<b>6,29</b>	<b>6,29</b>			<b>6,85</b>			<b>8,97</b>	<b>2,26</b>	<b>2,89</b>

Fonte: Petrobras | Elaboração: DIEESE

**TABELA 5**  
**Reajuste da RMNR**  
**setembro/06 – agosto/16**

Períodos de cálculo	Tabela Salarial					Remuneração (RMNR)		
	Reajustes	IPCA/IBG E	Perdas ou (ganhos) pelo IPCA	ICV/DIEES E	Perdas ou (Ganhos) pelo ICV	Reajuste	Menor ganho	Maior ganho
De 1/9/2006 a 31/08/2007	4,18	4,18	0	4,41	-0,22	6,5	1,67	2,23
De 1/9/2007 a 31/08/2008	6,17	6,17	0	6,97	-0,75	9,89	2,66	3,5
De 1/9/2008 a 31/08/2009	4,36	4,36	0	3,75	0,58	7,81	2,5	3,31
De 1/9/2009 a 31/08/2010	4,49	4,49	0	5,16	-0,64	9,36	3,71	4,66
De 1/9/2010 a 31/08/2011	7,23	7,23	0	7,19	-0,06	10,71	2,5	3,34
De 1/9/2011 a 31/08/2012	5,24	5,24	0	6,18	-0,89	8,16	2,16	2,77
De 1/9/2012 a 31/08/2013	6,09	6,09	0	6,53	-0,41	8,56	1,82	2,33
De 1/9/2013 a 31/08/2014	6,51	6,51	0	6,73	-0,21	9,71	2,36	3
De 1/9/2014 a 31/08/2015	9,53	9,53	0	10,05	-0,47	9,53	0	0
De 1/9/2015 a 31/08/2016	8,57	8,97	-0,37	8,57	0	8,57	0	0
<b>Acumulado</b>	<b>82,89</b>	<b>83,57</b>	<b>-137,00</b>	<b>73,54</b>	<b>-3,04</b>	<b>115,54</b>	<b>21,09</b>	<b>28,06</b>
<b>Média/Ano</b>	<b>5,98</b>	<b>5,98</b>	<b>-13,70</b>	<b>6,33</b>	<b>-0,34</b>	<b>8,91</b>	<b>2,15</b>	<b>2,79</b>

Fonte: Petrobras | Elaboração: DIEESE

**TABELA 6**  
**Alimentação**  
**1997 – 2016**

Ano	Variação Subgrupo Alimentação fora do domicílio - ICV	Auxílio Almoço		Vale refeição/alimentação	
		Valor R\$	Reajuste %	Valor R\$	Reajuste %
1997	-	R\$ 189,00	-	Não existia	Não existia
1998	0,62%	R\$ 189,00	0,00%	Não existia	Não existia
1999	0,35%	R\$ 196,35	3,89%	Não existia	Não existia
2000	2,95%	R\$ 208,32	6,10%	Não existia	Não existia
2001	3,64%	R\$ 221,76	6,45%	Não existia	Não existia
2002	7,59%	R\$ 238,35	7,48%	Não existia	Não existia
2003	14,17%	R\$ 275,31	15,51%	Não existia	Não existia
2004	8,51%	R\$ 323,40	17,47%	Não existia	Não existia
2005	8,62%	R\$ 356,62	10,27%	Não existia	Não existia
2006	4,80%	R\$ 381,26	6,91%	Não existia	Não existia
2007	6,76%	R\$ 406,12	6,52%	Não existia	Não existia
2008	12,84%	R\$ 484,00	19,18%	Não existia	Não existia
2009	8,83%	R\$ 521,84	7,82%	Não existia	Não existia
2010	7,69%	R\$ 570,90	9,40%	Não existia	Não existia
2011	12,87%	R\$ 636,46	11,48%	Não existia	Não existia
2012	9,26%	R\$ 698,06	9,68%	Não existia	Não existia
2013	11,20%	R\$ 769,56	10,24%	R\$ 831,12	-
2014	9,35%	R\$ 848,32	10,22%	R\$ 916,19	10,24%
2015	9,40%	R\$ 929,28	9,54%	R\$ 1.003,62	9,54%
2016	12,31%	R\$ 1.008,92	8,57%	R\$ 1.093,84	8,99%
<b>Variação total</b>	<b>325,22%</b>	<b>-</b>	<b>433,75%</b>	<b>-</b>	<b>31,61%</b>